

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.325, DE 1999

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.472 de 16 de junho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Autor: Deputado Sérgio Reis

Relator: Deputado Pedro Canedo

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.325, de 1999, de autoria do nobre Deputado Sérgio Reis, pretende tornar obrigatória a manutenção pelas prestadoras de serviço móvel celular de um cadastro pessoal dos usuários da modalidade prestada por meio de cartão pré pago.

Alega o ilustre autor da matéria, entre outras razões, que a aplicação da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que trata das interceptações telefônicas, está sendo inviabilizada por essa nova modalidade de serviço, que, a par de trazer benefícios para os usuários e para as companhias telefônicas, impede a identificação do usuário do serviço.

Cabe à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática posicionar-se sobre o mérito da matéria, à qual não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental. O projeto de lei tramita nesta Comissão desde 1999, tendo sido anteriormente distribuído ao Deputado Sampaio Dória, cujo parecer não chegou a ser apreciado conclusivamente.

II – VOTO DO RELATOR

Os aparelhos celulares habilitados na modalidade de serviço pré pago constituem hoje parcela significativa do total de aparelhos em funcionamento no País. A entrada desses aparelhos no mercado faz parte da estratégia das prestadoras de aumentar seu número de clientes, atraindo parcelas da população que não têm condições ou não estão dispostas a arcar com contas telefônicas mensais, cujos valores muitas vezes fogem do seu controle.

A forma de habilitação, que não exige a apresentação de documentação, nem procede a simples identificação e coleta de dados pessoais do usuário, é outro atrativo que tem levado pessoas a optarem por essa modalidade de serviço. A inexistência de obrigatoriedade de preenchimento do cadastro pessoal incentiva, inclusive, o uso desses equipamentos para fins ilícitos, uma vez que não há como identificar o usuário do aparelho.

A proposta do Deputado Sérgio Reis é, portanto, meritória, na medida em que torna obrigatória a exigência de preenchimento de cadastro pessoal no momento da aquisição do aparelho. Nos casos de aparelhos já habilitados, o projeto acerta ao estabelecer um prazo de três meses para sua regularização junto às prestadoras.

A implementação dessas medidas viabilizará, com certeza, a aplicação de disposições legais, que se tornaram totalmente inócuas com a criação do serviço pré pago, como por exemplo a Lei nº 9296, de 24/07/96, que trata da interceptação de comunicações telefônicas para prova em investigação criminal e em instrução de processo penal.

Assim sendo, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1325, de 1999, na forma em que foi apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado PEDRO CANEDO
Relator